



TERMO DE REFERÊNCIA – LEI FEDERAL 14.133/21 C/C DECRETO ESTADUAL Nº 47/2023

**CONTRATAÇÃO DIRETA
SGPE PROCESSO IMETRO 00000343/2026**

ÓRGÃO REQUISITANTE: INSTITUTO DE METROLOGIA DE SANTA CATARINA – IMETRO/SC

1. DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “a” da Lei nº 14.133/2021):

1.1 – O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de materiais de informática, visando atender as necessidades do IMETRO/SC, conforme especificações e condições estabelecidas abaixo.

1.2 – Quadro quantitativo:

LOTE I			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	Cartucho original para impressora hp modelo 62XL, referência C2P07AL - 11,5 ml. Colorida.	UNIDADE	20
02	Cartucho original para impressora hp modelo 62XL, referência C2P05AL - 12 ml. Preto.	UNIDADE	20

LOTE II			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
03	Álcool isopropílico (isopropanol) 99,8%, frasco 1000 ml	FRASCO	05
04	Pen drive (mínimo 64 GB)	UNIDADE	12
05	Headset (fone de ouvido com microfone), com tubo de voz flexível - biauriculares	UNIDADE	05



LOTE III			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
06	Bateria de viagem para computador de mesa CR2032 3volts	UNIDADE	100
07	Ribbon misto para impressora, de 110 mm de largura x 74 metros de comprimento	UNIDADE	01
08	Etiqueta Adesiva BOPP Branca, 34 mm x 23 mm x 3 colunas, para Impressoras Térmicas.	ROLO	01

LOTE IV			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
09	Bobina de papel térmico para coletores, tipo não adesivo, gramatura 75G/M2, cor branca, com 3 (três) barreiras de proteção para garantia de imagem por 5 (cinco) anos, nas seguintes dimensões: 100mm de largura, 15m de comprimento, tubete com 25mm de diâmetro.	UNIDADE	1000

2. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO/OBJETO (art. 6º, XXIII, “c” da Lei nº 14.133/2021):

2.1 – Os produtos de que trata o objeto deste Termo de Referência deverão seguir às seguintes especificações:

LOTE I		
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
01	<p>Cartucho hp modelo 62XL</p> <p><u>Especificações:</u></p> <ul style="list-style-type: none">– Para impressora HP OfficeJet 200 mobile printer;– Referência: referência C2P07AL;– Produto Original;– Volume de tinta: 11,5 ml;– Cor: Tricolor;– Marca: HP.	UNIDADE



02	<p style="text-align: center;">Cartucho hp modelo 62XL</p> <p><u>Especificações:</u></p> <ul style="list-style-type: none">– Para impressora HP OfficeJet 200 mobile printer;– Referência: referência C2PO5AL;– Produto Original;– Volume de tinta: 12 ml;– Cor: Preto;– Marca: HP.	UNIDADE
----	---	---------

LOTE II		
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
03	<p style="text-align: center;">Álcool isopropílico</p> <p><u>Especificações:</u></p> <ul style="list-style-type: none">– Pureza (%m/*m), mínimo 99,8;– Ideal para limpeza de eletrônicos;– Embalagem: 1000 ml.	FRASCO
04	<p style="text-align: center;">Pen drive (mínimo 64 GB)</p> <p><u>Especificações:</u></p> <ul style="list-style-type: none">– Pen Drive (Unidade de Armazenamento Flash USB).– Capacidade de Armazenamento: Mínimo de 64 GB (Gigabytes).– Interface/Conectividade: Compatível com USB 3.0 ou superior (compatível com versões anteriores USB 2.0).– Velocidade de Leitura: Mínimo de 100 MB/s.– Velocidade de Gravação: Mínimo de 15 MB/s.– Compatibilidade de Sistemas: Compatibilidade nativa (Plug and Play) com os sistemas operacionais Windows (10 e 11), macOS e distribuições Linux homologadas, sem a necessidade de instalação de drivers adicionais.– Sistemas de Arquivos Suportados: Deve permitir formatação em exFAT, NTFS e FAT32.	UNIDADE
05	<p style="text-align: center;">Headset (fone de ouvido com microfone)</p> <p><u>Especificações:</u></p> <ul style="list-style-type: none">– Com tubo de voz flexível– Biauriculares– Compatível com Windows 2000 ou superior;– Protetor auricular e bocal anti-alérgico;– Dimensões 27 x 13cm;– Adaptação ergonômica à cabeça;– Deve possuir comando e controle de voz, microfone com cancelador de ruídos e estar habilitado para voz sobre IP.	UNIDADE



LOTE II		
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
06	<p>Bateria de viagem para computador de mesa CR2032 3 volts</p> <p><u>Especificação:</u></p> <ul style="list-style-type: none">– Bateria de lítio;– Não recarregável;– Voltagem: 3V;– Modelo: CR2032– A validade das baterias deverá ser de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data de entrega do material.– Deverão atender os critérios e as práticas de sustentabilidade previstas nas normas vigentes; Lei 12.305/2010, IN IBAMA nº 06/2013 e Resolução CONAMA 401/2008;– As baterias deverão conter em sua embalagem as seguintes informações: Texto em português; Dados do Fabricante/ Importador/ Distribuidor; Origem do Produto; Tipo de pilha (AAA); Validade do Produto; Símbolo orientando destinação após o uso;– Deverão possuir características técnicas similares ou superiores às marcas: Rayovac, Energizer, Panasonic, Sony ou Duracell. As marcas enumeradas servem apenas como referência para as características técnicas.	UNIDADE
07	<p>Ribbon misto para impressora, de 110 mm de largura x 74 metros de comprimento</p> <p><u>Especificação:</u></p> <ul style="list-style-type: none">– Fita de Transferência Térmica (Ribbon).– Composição/Tipo: Misto (Cera e Resina).– Largura: 110 mm (cento e dez milímetros).– Comprimento: 74 metros (setenta e quatro metros).– Diâmetro Interno do Tubete (Core): 0,5 polegada (aproximadamente 12,7 mm) — padrão para ribbons de 74 metros de comprimento.– Material do Tubete: Papelão resistente ou plástico rígido.– Compatível com a impressora de etiqueta ELGIN - L42 PRO FULL.	UNIDADE
08	<p>Etiqueta Adesiva BOPP Branca, 34 mm x 23 mm x 3 colunas, para Impressoras Térmicas</p> <p><u>Especificação:</u></p> <ul style="list-style-type: none">– Etiqueta Adesiva Plástica para Impressão Térmica.– Material do Frontal: BOPP Branco (Polipropileno Biorientado), com acabamento brilhante.– Dimensões da Etiqueta: 34 mm de largura x 23 mm de altura.– Disposição/Apresentação: 3 colunas paralelas (carreiras).	ROLO



	<ul style="list-style-type: none">– Espaçamento: Gap vertical (espaço entre linhas de etiquetas) e liner lateral padronizados para leitura do sensor óptico da impressora.– Diâmetro Interno do Tubete (Core): padrão para impressoras de etiquetas ELGIN - L42 PRO FULL– Material do Tubete: Papelão resistente ou plástico.– Largura Total do Liner (Papel Siliconado): Aproximadamente 110 mm (compatível com a largura máxima da cabeça de impressão e com o ribbon de 110 mm).	
--	--	--

LOTE IV		
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
09	<p style="text-align: center;">Bobina de papel térmico</p> <p><u>Especificações:</u></p> <ul style="list-style-type: none">– Utilizado em coletores;– Tipo não adesivo;– Gramatura 75G/M2;– Cor branca;– 3 (Três) barreiras de proteção para garantia de imagem por 5(cinco) anos– Dimensões: 100 mm de largura, 15 m de comprimento, 1o via;– Tubete com 25mm de diâmetro.	UNIDADE

2.2 – O valor a ser ofertado deverá estar incluso frete e impostos.

2.3 – Os produtos deverão ser novos e entregues na embalagem original.

2.4 – Forma de execução da contratação: por preço global.

3. DA NATUREZA DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “a” da Lei nº 14.133/2021):

3.1 – Os objetos desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado.



3.2 – Não se enquadra como sendo objeto de luxo, conforme Decreto n.º 2.355, de 16 de dezembro de 2022.

4. DA OBSERVÂNCIA PARA CONTRATAÇÃO DIRETA (art. 75 §1º da Lei nº 14.133/2021):

4.1 – DECLARO, para os devidos fins, que o valor da contratação direta respeita os limites estabelecidos no § 1º do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5. DISPENSA DO ETP (art. 72, I da Lei nº 14.133/2021 c/c Decreto Estadual nº 47/2023):

5.1 – Com fundamento na autorização prevista no art. 8º, inciso I, do Decreto Estadual nº 47, de 09 de março de 2023, opta-se pela não elaboração de Estudo Técnico Preliminar no presente caso. Justifica-se a não realização pelo fato de que em contratações de baixo valor, os custos e recursos associados à realização de um estudo técnico detalhado podem superar os benefícios obtidos. A realização de estudos técnicos detalhados em tais casos pode aumentar a burocracia, os recursos empregados e o tempo necessário para concluir o processo de contratação. Em contratações de baixo valor, esses recursos podem ser mais bem utilizados em outras atividades que beneficiem diretamente a administração pública.

6. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “b” da Lei nº 14.133/2021):

6.1 – A solicitação visa à recomposição do estoque de MATERIAIS DE INFORMÁTICA para atender as necessidades do IMETRO/SC.

LOTE I						
Item	Quantidade	Código	Unidade	Estoque	Consumo médio anual	Consumo mensal anual
1	20	1414	Unidade	7	16	1,3
2	20	222	Unidade	7	14	1,16

LOTE II						
Item	Quantidade	Código	Unidade	Estoque	Consumo médio anual	Consumo mensal anual
3	05	3212	Frasco	16	02	0,16
4	10	2450	Unidade	3	9	0,75



5	05	2352	Unidade	1	2	0,16
---	----	------	---------	---	---	------

LOTE III						
Item	Quantidade	Código	Unidade	Estoque	Consumo médio anual	Consumo mensal anual
6	100	2489	Frasco	24	53	4,41
7	1	novo	Unidade	novo	novo	novo
8	1	novo	Unidade	novo	novo	novo

LOTE IV						
Item	Quantidade	Código	Unidade	Estoque	Consumo médio anual	Consumo mensal anual
9	1000	2029	Unidade	421	1529	127,40

6.2 – Justifica-se a necessidade de aquisição de materiais de informática, uma vez que é imprescindível a obtenção para suprir às necessidades dos setores administrativos, bem como para dar atendimento, de forma satisfatória, às constantes demandas das equipes de fiscalização que trabalham em campo atendendo o cidadão catarinense.

6.3 – Considerando o Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos, segundo o qual a Administração Pública executa suas atribuições essenciais ou necessárias aos administrados, entende-se que a aquisição do objeto deste Termo de Referência é imprescindível para manutenção das atividades diárias desenvolvidas pelo IMETRO/SC.

6.4 – Sendo assim, o serviço público, como atividade de interesse coletivo, visando a sua aplicação diretamente a população, não pode parar, deve ele ser sempre contínuo, pois sua paralisação total, ou até mesmo parcial, poderá acarretar prejuízos aos seus usuários.

6.5 – Diante do exposto, concluímos que a contratação do objeto, ora em tela, é imprescindível para darmos continuidade nas atribuições inerentes à administração pública para que ocorra o bom funcionamento dos serviços essenciais ao desenvolvimento desta gestão, que continuará trazendo benefícios diretos e indiretos aos servidores e à população que frequenta as dependências desta autarquia, sendo possível estabelecer o padrão que se pretende de forma objetiva por meio das especificações usualmente empregadas por fornecedores do ramo.



7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “d” da Lei nº 14.133/2021):

7.1 – Haverá necessidade de vistoria prévia (visita técnica)?

- Vistoria obrigatória
 Vistoria facultativa
 Não será exigida vistoria.

7.2 – Do agrupamento de itens em lotes

A aquisição/contratação se dará em lotes?

- Não
 Sim

Justificativa: Esta autarquia adota a contratação por lote, haja vista maiores possibilidades de redução de preço a serem pagos pela Autarquia.

7.3 – Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços (para análise da equipe técnica na fase de julgamento da proposta final de preços):

- Não
 Sim

7.4 – Será exigido amostra do(s) produto(s)/demonstração do(s) serviço(s):

- Não
 Sim

7.5 – Será exigida carta de solidariedade?

- Não
 Sim



7.6 – Garantia da contratação:

7.6.1 – Não haverá exigência de garantia contratual da execução do objeto porque não há elevado risco de dano à administração, pois não se enquadra no dispositivo da Lei nº 14.133/2021, a seção III, "Das Definições", art. 6º, XXII, o qual se afirma:

XXII - obras, serviços e fornecimentos de grande vulto: aqueles cujo valor estimado supera R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais)

Ademais, afirma o artigo 96 da Lei mesma lei o seguinte:

Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

Portanto, considerando o exposto e a combinação dos artigos 6 e 96 da Lei 14.133/2021, o IMETRO/SC entende que o presente processo para aquisição não configura uma contratação de grande vulto e não possui alta complexidade, sendo dispensável a exigência de garantia contratual.

8. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO (art. 6º, XXIII, “h” da Lei nº 14.133/2021):

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.1 – Habilitação Jurídica

8.1.1 – Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.1.2 – Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.1.3 – Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



8.1.4 – Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.5 – Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.1.6 – Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.7 – Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.1.8 – Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



8.2 – Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.2.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.2 – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.3 – Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.4 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.5 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.6 – Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.3 – Qualificação técnica

8.3.1 – Quando solicitado pela Administração, será exigida comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente.

8.3.2 – Se aplicável será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.3.3 – Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.3.4 – Quando for o caso, o fornecedor deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.4 – Qualificação Econômico-Financeira

8.4.1 – Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;



8.4.2 – Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9. DO LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “e” da Lei nº 14.133/2021):

9.1 – Prazo de entrega/execução:

9.1.1 – Até 15 (quinze) dias úteis contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho.

9.2 – Local, horário e endereço de execução:

9.2.1 – Os objetos deverão ser entregue de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 08:00 às 15:00, no endereço da Sede do Instituto de Metrologia de Santa Catarina, situado à Rua do Iano, nº 1791, Bairro Nossa Senhora do Rosário, São José-SC, CEP: 88.110-603, telefone: (48) 3664-4577.

9.3 – Garantia do produto/serviço, manutenção e assistência técnica:

9.3.1 – Garantia legal do produto, de acordo com as legislações vigentes.

10. DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES (art. 6º, XXIII, “e” da Lei nº 14.133/2021):

10.1 – Da contratada:

10.1.1 – Obriga-se a empresa vencedora:

10.1.1.1 – Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;



10.1.1.2 – Ao fornecimento dos objetos, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

10.1.1.3 – Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento dos objetos do edital;

10.1.1.4 – Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega dos objetos;

10.1.1.5 – Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

10.1.1.6 – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;

10.1.1.7 – Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas neste Termo de Referência;

10.1.1.8 – A estender aos contratos objeto deste Termo de Referência, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;

10.1.1.9 – Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

10.1.1.10 – Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;



10.1.1.11 – Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

10.1.1.12 – Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

10.1.1.13 – Realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital: https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portal-externo/).

10.2 – Da contratante:

10.2.1 – Obriga-se a Administração/Contratante:

10.2.1.1 – Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas a entrega dos objetos;

10.2.1.1 – Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada no Contrato;

10.2.1.1 – Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/entrega dos objetos, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;



10.2.1.1 – Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos entregues pela Contratada fora das especificações do contrato;

10.2.1.1 – Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;

10.2.1.1 – Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

10.2.1.1 – Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

10.2.1.1 – Demais condições constantes do edital.

11. DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, “f” da Lei nº 14.133/2021):

11.1 – INSTRUMENTO CONTRATUAL:

- () Somente por assinatura de contrato
- () Autorização de Fornecimento + Contrato de garantia e assistência técnica
- () Autorização de Fornecimento
- (X) Nota de Empenho

11.2 – VIGÊNCIA:

11.2.1 – A vigência e eficácia contratual se darão a partir da publicação do extrato do seu instrumento no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e findará no 30º (trigésimo) dia após o prazo estipulado para o fornecimento do objeto.



12. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO (art. 6º, XXIII, “f” da Lei nº 14.133/2021):

GESTOR		FISCAL	
Nome:	Andreia Bunn	Nome:	Elias Otacílio Pereira
Cargo:	Gerente de Licitações e Contratos	Cargo:	Oficial Administrativo
Matrícula	959.825-1-01	Matrícula	109-0-01
E-mail:	gelic@imetro.sc.gov.br	E-mail:	elias@imetro.sc.gov.br

13. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANO ANUAL DE COMPRAS (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021):

13.1 – A contratação está prevista no plano anual de compras, de acordo com o processo 116/2026 do sistema Web-LIC, sendo este publicado no site da Secretaria de Estado de Administração do Governo de Santa Catarina e no Portal de Dados Abertos.

14. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, “g” da Lei nº 14.133/2021):

14.1 – Prazos:

Prazo de troca de bens rejeitados: 30 dias corridos após a entrega.

Prazo de recebimento definitivo do objeto: 30 dias corridos.

Prazo de liquidação do documento fiscal: 30 dias corridos após o recebimento dos produtos e aceite do fiscal.

Prazo de pagamento: 30 dias corridos após o recebimento dos produtos e confirmação do fiscal indicado.



15. DO PAGAMENTO e DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, “j” da Lei nº 14.133/2021):

15.1. O pagamento será:

15.1.1. Efetivado, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do órgão/entidade participante, devendo constar também o número do processo da Dispensa de Licitação, e do Contrato.

15.1.2. Realizado por intermédio do Banco do Brasil, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente ao fornecimento e/ou prestação dos serviços, contados da data de entrega e aceite, desde que comprovada a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, conforme Lei Estadual nº 17.516/2018, ou através de boleto bancário emitido pela contratada.

15.1.3. De acordo com o § 4º do Art. 9º do Decreto no 2.762/2004 do Governador do Estado de Santa Catarina, o credor que não possuir conta-corrente no Banco do Brasil ou em instituições financeiras autorizadas poderá receber o pagamento em outras instituições, mediante crédito em conta-corrente do favorecido, ficando, contudo, responsável pelo pagamento das tarifas bancárias derivadas da operação.

15.1.4. De acordo com o Decreto nº 129, de 10 de maio de 2023, os órgãos da Administração Pública Estadual Direta, os Fundos, as Autarquias e as Fundações Públicas do Estado de Santa Catarina, ao efetuarem pagamento à pessoa jurídica pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

15.1.5. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os que forem antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura. Não se sujeitam à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados nas hipóteses estabelecidas no art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

15.1.6. Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão, a partir da data



estabelecida no caput do art. 1º do Decreto, emitir as notas fiscais, as faturas ou os recibos em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

15.1.7. Os documentos de cobrança em desacordo com o previsto não serão aceitos para fins de liquidação de despesa.

15.1.8. Eventuais dúvidas quanto ao benefício citado podem ser dirimidas junto a Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais - DCIF, da Secretaria de Estado da Fazenda ou, ainda, no site www.sef.sc.gov.br.

15.2. Dotação Orçamentária:

Órgão	Subação	Item Orçamentário	Valores estimados	Fonte	Item
270025	3920	33.90.30.17	R\$ 18.580,75	1 500.100.0015	1, 2, 4, 5, 7, 8
270025	3920	33.90.30.22	R\$ 234,50	1 500.100.0015	3
270025	3920	33.90.30.16	R\$ 5.000,00	1 500.100.0015	9
270025	3920	33.90.30.26	R\$ 790,00	1 500.100.0015	6

16. VALOR ESTIMADO (art. 6º, XXIII, “i” da Lei nº 14.133/2021):

LOTE I					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Cartucho original para impressora hp modelo 62XL, referência C2P07AL - 11,5 ml. Colorida.	UNIDADE	20	R\$ 429,84	R\$ 8.596,80
02	Cartucho original para impressora hp modelo 62XL, referência C2P05AL - 12 ml. Preto.	UNIDADE	20	R\$ 446,67	R\$ 8.933,40
TOTAL					R\$ 17.530,20



LOTE II					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
03	Álcool isopropílico (isopropanol) 99,8%, frasco 1000 ml	FRASCO	05	R\$ 46,90	R\$ 234,50
04	Pen drive (mínimo 64 GB)	UNIDADE	12	R\$ 45,00	R\$ 540,00
05	Headset (fone de ouvido com microfone), com tubo de voz flexível - biauriculares	UNIDADE	05	R\$ 80,75	R\$ 403,75
TOTAL					R\$ 1.178,25

LOTE III					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
06	Bateria de viagem para computador de mesa CR2032 3volts	UNIDADE	100	R\$ 7,90	R\$ 790,00
07	Ribbon misto para impressora, de 110 mm de largura x 74 metros de comprimento	UNIDADE	01	R\$ 16,90	R\$ 16,90
08	Etiqueta Adesiva BOPP Branca, 34 mm x 23 mm x 3 colunas, para Impressoras Térmicas.	ROLO	01	R\$ 89,00	R\$ 89,00
TOTAL					R\$ 895,90



LOTE IV					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
09	Bobina de papel térmico para coletores, tipo não adesivo, gramatura 75G/M2, cor branca, com 3 (três) barreiras de proteção para garantia de imagem por 5 (cinco) anos, nas seguintes dimensões: 100mm de largura, 15m de comprimento, tubete com 25mm de diâmetro.	UNIDADE	1000	R\$ 5,00	R\$ 5.000,00
TOTAL					R\$ 5.000,00

17. INDICAÇÃO RESPONSÁVEL NO ÓRGÃO PELOS ENCAMINHAMENTOS DE EVENTUAIS IMPUGNAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS:

Nome: Andreia Bunn

E-mail: gelic@imetro.sc.gov.br

Telefone institucional: (48) 3664-4598

São José, data da assinatura digital.

Andreia Bunn

Gerente de Licitações e Contratos

(assinado digitalmente)

Walter Guido Wehmuth Junior

Técnico em Informática

(assinado digitalmente)



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO DE METROLOGIA DE SANTA CATARINA – IMETRO/SC
ÓRGÃO DELEGADO DO INMETRO

Elias Otacílio Pereira

Oficial Administrativo

(assinado digitalmente)



IMETRO SC
INSTITUTO DE METROLOGIA DE SANTA CATARINA

Gerência de Licitações e Contratos

Endereço: Rua do Iano, 1791 Nossa Senhora do Rosário - São José/SC CEP: 88.110-603

Telefone: (048) 3664-4598 - E-mail – gelic@imetro.sc.gov.br

22/22

Termo de Referência –
Materiais de Informática



Assinaturas do documento



Código para verificação: **T9D9ZB16**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ANDREIA BUNN** (CPF: 070.XXX.019-XX) em 26/05/2026 às 15:41:32
Emitido por: "Autoridade Certificadora SERPRORFBv5", emitido em 27/02/2026 - 19:01:48 e válido até 20/02/2029 - 16:07:19.
(Assinatura ICP-Brasil)

✓ **ELIAS OTACILIO PEREIRA** (CPF: 578.XXX.239-XX) em 27/05/2026 às 08:33:11
Emitido por: "Autoridade Certificadora SERPRORFBv5", emitido em 09/04/2026 - 13:06:31 e válido até 20/02/2029 - 16:07:19.
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/SU1FVFJPXzU3OTBfMDAwMDAzNDNfMzQzXzlwMjZfVDIEOVpCMTY=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **IMETRO 00000343/2026** e o código **T9D9ZB16** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.